



Anexo

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA****CAPÍTULO I - DO OBJETO**

1. O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição futura de equipamentos condicionadores de ar tipo “split” (tipo hi-wall, piso-teto e cassete) e cortinas de ar, para instalação em prédios ocupados pela Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul.
2. A aquisição dos materiais será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência.

CAPÍTULO II. DO REGISTRO DE PREÇOS

1. Adotar-se-á o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** para a presente contratação em razão de:
 - a) haver previsão de aquisições frequentes dos materiais ora licitados, visando atender à necessidade de substituição dos materiais devido ao desgaste; e,
 - b) não possibilidade de determinação precisa do quantitativo de materiais a serem adquiridos pelo TRE/MS.
2. Caracteriza-se o referido SISTEMA pelo registro de preço unitário para cada item, que, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, deverá ser praticado pela empresa vencedora.
 - 2.1. Durante a vigência da Ata, havendo interesse do TRE/MS na aquisição de material com preço registrado, será informado à empresa fornecedora, através do envio de Nota de Empenho e/ou Requisição de fornecimento.
 - 2.2. Recebida a Nota de Empenho e/ou Requisição de fornecimento, a empresa fornecedora deverá providenciar a entrega do material, dentro do prazo fixado neste Termo de Referência, ao preço registrado na Ata.
3. A vigência do Registro de Preços será de **07 (sete) meses**, contados da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

CAPÍTULO III - DOS EQUIPAMENTOS, QUANTIDADES E PREÇOS MÁXIMOS

1. A descrição dos equipamentos a serem adquiridos, respectivas quantidades e preços máximos admitidos pelo TRE/MS, estão indicados abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO		
01	Aparelho condicionador de ar SPLIT, tipo parede (hi-wall) , com capacidade de refrigeração de 12.000 Btu/h (+/- 0,3%) , tecnologia inverter , tipo slim, ciclo frio , resfriamento rápido, alimentação elétrica de 220V/60Hz/monofásica , proteção anticorrosão, com Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, com consumo de energia dentro da faixa de classificação “A” da Tabela do INMETRO; com controle remoto sem fio. Garantia para o equipamento de, no mínimo, 1 (um) ano.		
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
UNIDADE	02	R\$ 2.213,10	R\$ 4.426,20
INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES SOBRE O VALOR UNITÁRIO: R\$ 1,00			

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO		
02	Aparelho condicionador de ar SPLIT, tipo HI-WALL , com capacidade de refrigeração de 18.000 Btu/h (+/- 0,3%) , tecnologia inverter , ciclo frio , alimentação elétrica de 220V/60Hz/monofásica , silencioso, proteção anticorrosão, com Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, com consumo de energia dentro da faixa de classificação “A” da Tabela do INMETRO; com controle remoto sem fio. Garantia para o equipamento de, no mínimo, 1 (um) ano.		

UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
UNIDADE	05	R\$ 3.363,10	R\$ 16.815,50
INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES SOBRE O VALOR UNITÁRIO: R\$ 1,00			

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO		
03	Aparelho condicionador de ar SPLIT, tipo HI-WALL , com capacidade de refrigeração de 22.000 a 24.000 Btu/h (+/- 0,3%) , tecnologia inverter, ciclo frio, alimentação elétrica de 220V/60Hz/monofásica, silencioso, proteção anticorrosão, com Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, com consumo de energia dentro da faixa de classificação "A" da Tabela do INMETRO; com controle remoto sem fio. Garantia para o equipamento de, no mínimo, 1 (um) ano.		
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
UNIDADE	05	R\$ 4.295,00	R\$ 21.475,00
INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES SOBRE O VALOR UNITÁRIO: R\$ 1,00			

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO		
04	Aparelho condicionador de ar SPLIT, tipo piso-teto ou HI WALL , com capacidade de refrigeração de 30.000 Btu/h (+/- 0,3%) , tecnologia inverter, ciclo frio, alimentação elétrica de 220V/60Hz/monofásica, silencioso, proteção anticorrosão, com Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, com consumo de energia dentro da faixa de classificação "A" da Tabela do INMETRO; com controle remoto sem fio. Garantia para o equipamento de, no mínimo, 1 (um) ano.		
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
UNIDADE	03	R\$ 8.269,55	R\$ 24.808,65
INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES SOBRE O VALOR UNITÁRIO: R\$ 1,00			

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO		
05	Aparelho condicionador de ar SPLIT, tipo piso-teto , com capacidade de refrigeração de 36.000 Btu/h (+/- 0,3%) , tecnologia inverter, ciclo frio, alimentação elétrica de 220V/60Hz/monofásica, silencioso, proteção anticorrosão, Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, com consumo de energia dentro da faixa de classificação "A" da Tabela do INMETRO; com controle remoto sem fio. Garantia para o equipamento de, no mínimo, 1 (um) ano.		
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
UNIDADE	03	R\$ 9.499,00	R\$ 28.497,00
INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES SOBRE O VALOR UNITÁRIO: R\$ 1,00			

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO		
06	Aparelho condicionador de ar SPLIT, tipo piso-teto , com capacidade de refrigeração de 46.000 a 48.000 Btu/h (+/- 0,3%) , tecnologia inverter, ciclo frio, alimentação elétrica de 220V/60Hz/monofásica, silencioso, proteção anticorrosão, Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, com consumo de energia dentro da faixa de classificação "A" da Tabela do INMETRO; com controle remoto sem fio. Garantia para o equipamento de, no mínimo, 1 (um) ano.		
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
UNIDADE	03	R\$ 12.642,24	R\$ 37.926,72
INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES SOBRE O VALOR UNITÁRIO: R\$ 1,00			

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO		
07	Aparelho condicionador de ar SPLIT, tipo piso-teto , com capacidade de refrigeração de 54.000 a 60.000 Btu/h (+/- 0,3%) , tecnologia inverter, ciclo frio, alimentação elétrica de 220V/60Hz/monofásica, silencioso, proteção anticorrosão, Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, com consumo de energia dentro da faixa de		

		classificação “A” da Tabela do INMETRO; com controle remoto sem fio. Garantia para o equipamento de, no mínimo, 1 (um) ano.	
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
UNIDADE	02	R\$ 13.017,58	R\$ 26.035,16
INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES SOBRE O VALOR UNITÁRIO: R\$ 1,00			

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO		
08	Aparelho condicionador de ar SPLIT, tipo k7 , com capacidade de refrigeração de 54.000 a 60.000 Btu/h (+/- 0,3%) , tecnologia inverter , ciclo frio , alimentação elétrica de 220V/60Hz/monofásica , silencioso, proteção anticorrosão, Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, com consumo de energia dentro da faixa de classificação “A” da Tabela do INMETRO; com controle remoto sem fio. Garantia para o equipamento de, no mínimo, 1 (um) ano.		
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
UNIDADE	02	R\$ 16.671,99	R\$ 33.343,98
INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES SOBRE O VALOR UNITÁRIO: R\$ 1,00			

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO		
09	Cortina de ar; comprimento de 1,50m, 220V, com controle remoto sem fio e nível de ruído de, no máximo, 50db.		
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
UNIDADE	05	R\$ 1.017,77	R\$ 5.063,85
INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES SOBRE O VALOR UNITÁRIO: R\$ 1,00			

1.1. A exigência de consumo de energia dentro da faixa de classificação “A” da Tabela do INMETRO dos equipamentos, constantes nas descrições dos equipamentos, será verificada pelo Pregoeiro e/ou pela unidade técnica quando da análise das propostas, utilizando como parâmetro as Tabelas de Eficiência Energética disponibilizadas no sítio eletrônico do Inmetro.

1.1.1. **CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE:** A exigência de consumo de energia dentro da faixa de classificação “A” dos equipamentos deve-se em razão da política adotada pelo TRE-MS no sentido de racionalizar o consumo de energia elétrica em seus imóveis, buscando maior eficiência e economia.

- Em caso de divergência entre a descrição dos equipamentos indicados no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá este último.
- Somente serão classificadas as propostas cujos equipamentos atendam às especificações mínimas descritas acima.

CAPÍTULO IV – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

1. Havendo necessidade de material cujo preço foi registrado, a **Seção de Manutenção Predial (SMP) da Coordenadoria de Engenharia (COENG)**, fará a solicitação, mediante Requisição de fornecimento, indicando sua descrição, quantidade, marca e preço registrado.

1.1. Caberá à unidade requisitante (**Seção de Manutenção Predial (SMP) da Coordenadoria de Engenharia - COENG**), a definição do modelo de requisição a ser adotado, bem como da forma de seu envio à empresa fornecedora (por. ex.: em mãos, fax, correio-eletrônico).

2. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA é de, no máximo, **30 (trinta) dias**, contados do dia útil subsequente à mensagem eletrônica responsável pelo encaminhamento da nota de empenho.

1.2. A empresa fornecedora deverá entregar o material na Seção de Patrimônio e Almoxarifado deste Tribunal, sita na Rua Delegado José Alfredo Hardman, nº 184, Jardim Veraneio, nesta cidade de Campo Grande/MS, no horário de 12:00 h às 17:00 h, de segunda à sexta-feira, Telefone: (67) 2107.7207 ou (67) 2107.7080.

3. Caberá à unidade requisitante, **Seção de Manutenção Predial (SMP) da Coordenadoria de Engenharia (COENG)**, o controle do cumprimento do prazo de entrega por parte da empresa fornecedora, devendo informar à Administração os casos de descumprimento para fins de análise de aplicação de sanções administrativas.

4. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

5. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.
6. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.
7. O recebimento **provisório** dos materiais ficará à cargo da SPA - Seção de Patrimônio e Almoxarifado/CRM e o recebimento **definitivo** ficará a cargo da SMP-Seção de Manutenção Predial/COENG deste Tribunal, conforme descritos a seguir.
8. O recebimento provisório será efetuado no momento da entrega, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:
 - a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;
 - b) condições da embalagem e/ou do material;
 - c) quantidade entregue;
 - d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.
9. Atendidas as condições indicadas na cláusula 8 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.
 - 9.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.
10. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:
 - a) correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;
 - b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
 - c) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.
11. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.
 - 11.1. Ao prazo previsto nesta cláusula, aplica-se o disposto nas cláusulas 5 a 7 deste Capítulo.
12. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.
13. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.
 - 13.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprover ao interesse público.
14. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

CAPÍTULO VI – DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.
2. Para fins de atendimento da **IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012)**, a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES.

CAPÍTULO VII – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.
2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.
3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:
 - a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;
 - b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.
4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados,

desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: i = taxa percentual anual do valor de 6%, $I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO VIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. As sanções administrativas estão disciplinadas na Ata de Registro de Preços.

CAPÍTULO IX – DA FISCALIZAÇÃO

1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços/fornecimento ficarão a cargo de servidor pertencente ao quadro deste Tribunal.

1.1. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

2. Caberá à fiscalização:

- a) requisitar a prestação dos serviços e/ou fornecimento, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento;
- b) verificar a marca/modelo ofertado e a especificação contida neste Termo de Referência;
- c) verificar eventuais falhas, erros ou não cumprimento de exigências estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência, solicitando a imediata correção por parte da contratada;
- d) exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada.
- e) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento da prestação dos serviços/fornecimento e/ou aplicação de penalidades previstas;
- f) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;
- g) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

CAPÍTULO X - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

1. Requisitar o fornecimento dos materiais, na forma prevista neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.
2. Colocar à disposição da empresa todas as informações necessárias à entrega dos materiais.
3. Conferir o material fornecido, atestar as respectivas faturas e proceder à liquidação e ao pagamento dos materiais de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.
4. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
5. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
6. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.
7. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

CAPÍTULO XI - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

1. Realizar a entrega dos materiais decorrentes desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência.
2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao material, sendo de inteira responsabilidade do licitante vencedor a contratação de funcionários necessários à sua perfeita execução.
4. Receber os valores que lhe forem devidos pela entrega dos materiais, na forma disposta neste Termo de Referência.
5. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).
6. Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades à pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS.
7. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

7.1. O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso).

8. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

Campo Grande/MS, *na data da assinatura eletrônica.*

Allane Thomaz Meneses Silva - Assistente II

Jorge Alan Albernaz Garcia - Chefe da Seção de Manutenção Predial



Documento assinado eletronicamente por **MARIA JULIA DE ARRUDA MESTIERI, Analista Judiciário**, em 19/09/2022, às 14:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JORGE ALAN ALBERNAZ GARCIA, Chefe de Seção**, em 19/09/2022, às 15:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALLANE THOMAZ MENESES, Técnico Judiciário**, em 19/09/2022, às 15:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.app.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1295757** e o código CRC **66D8B335**.

0002791-87.2022.6.12.8000

1295757v4